

OS POLICIAIS MILITARES NA POLÍTICA SERGIPANA:

Uma análise sociológica sobre a segurança pública e o poder político

Marcos Andrade Rocha (UFS)

Resumo: O objeto desta pesquisa é analisar a eleição de policiais militares em Sergipe a cargos políticos-eleitorais, entre os anos de 2010 a 2024, com ênfase especial no período compreendido entre 2018 e 2024. No estudo do objeto são enfatizadas as condições sociais de entrada na disputa política, compreendidas como as possibilidades de ingresso na disputa eleitoral, por meio da reconversão de recursos profissionais em recursos eleitorais. A questão-central que norteia essa pesquisa é compreender: como os recursos profissionais são utilizados pelos policiais militares, para se elegerem aos cargos políticos em Sergipe (?). A hipótese aventada é que os policiais-políticos de Sergipe utilizam recursos profissionais, convertidos em recursos políticos, na construção de suas candidaturas, por meio da mediação de suas ações. Conclui-se que, no caso sergipano, há uma tendência de terem os policiais-políticos se viabilizado politicamente através de uma ou mais dessas três condições prévias: a) Participação em movimentos reivindicatórios, através das associações de classe; b) Engajamento em associações filantrópicas ou de assistência; c) Mediação das ações de combate ao crime, notadamente o tráfico de drogas e roubos armados.

Palavras-chave: Polícia, Política, Eleições.

Abstract: The objective of this research is to analyze the election of military police officers in Sergipe to political-electoral positions, from 2010 to 2024, with a special focus on the period from 2018 to 2024. This study emphasizes the social conditions of entry into the political race, understood as the possibilities of entering the electoral competition by converting professional resources into electoral resources. The central question guiding this research is to understand: how do military police officers use their professional resources to be elected to political offices in Sergipe? The hypothesis proposed is that police-politicians in Sergipe utilize professional resources, converted into political resources, to build their candidacies through the mediation of their actions. The conclusion suggests that, in Sergipe's case, there is a tendency for police-politicians to have politically established themselves through one or more of these three preconditions: a) Participation in advocacy movements through class associations; b) Engagement in philanthropic or assistance associations; c) Mediation of crime-fighting actions, notably against drug trafficking and armed robbery.

Keywords: Police, Politics, Elections.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a eleição de policiais militares em Sergipe a cargos políticos-eleitorais, entre os anos de 2010 a 2024, com ênfase especial no período compreendido entre 2018 e 2024. Entre os anos de 2010 e 2018, ocorreram as eleições dos primeiros policiais militares para a Assembleia Legislativa de Sergipe (Capitão Samuel) e para a Câmara de Vereadores de Aracaju (Cabo Jorge Vieira, Cabo Adriano, Cabo Amintas, Sargento Byron e Sargento Zezinho do Bugio).

No estudo do objeto são enfatizadas as condições sociais de entrada na disputa política, compreendidas como as possibilidades de ingresso na disputa eleitoral, por meio da reconversão de recursos profissionais e pessoais em recursos eleitorais.

O objetivo da pesquisa é investigar a participação dos policiais-políticos em Sergipe nas disputas político-eleitorais, como candidatos, arguindo quais recursos mobilizam, a que grupos de poder se associam, e como utilizam os meios de comunicação, tradicionais e digitais.

A questão-central que norteia essa pesquisa é compreender: quais são os recursos utilizados pelos policiais militares, para se elegerem aos cargos políticos em Sergipe (?). Desdobrando a pergunta de pesquisa acima em frações, argui-se: Que situações sociais levaram esses atores ao cenário da disputa eleitoral? Quais as condições de ingresso desses policiais-políticos nessa disputa? Quais as articulações com as redes de poder preexistentes aos seus ingressos foram necessárias?

A hipótese aventada é que os policiais-políticos de Sergipe utilizam recursos profissionais e biográficos, convertidos em recursos políticos, na construção de suas candidaturas.

A metodologia utilizada abrange o registro, rememoração e análise da história social das atuações públicas dos sujeitos de pesquisa, abrangendo atuação profissional na segurança pública sergipana, participação em movimentos associativos (de classe), engajamento em ações sociais comunitárias / solidárias, participações midiáticas – anteriores à entrada na disputa eleitoral, bem como o registro das ações em campanhas eleitorais, nas mídias tradicionais e digitais.

A pesquisa articula-se com o eixo “Análise de Grupos Profissionais / Relações entre Profissões e Política”, do Grupo de Trabalho: Dinâmicas de Poder e Políticas Públicas, por investigar a participação dos policiais militares de Sergipe nas eleições, como candidatos.

2 DESENVOLVIMENTO

O termo grego *polis* (cidade) está presente na raiz etimológica de duas palavras que – pelo menos desde a reabertura democrática ocorrida no Brasil a partir da Carta de 1988 – pareciam designar esferas de atuação pública paralelas entre si, e como todas paralelas na geometria bidimensional, tendiam a (idealmente) não se entrecruzar abertamente ante nossos olhos: polícia e política. O vocábulo “polícia” deriva de *politeia* (política), latinizado como *politia*, originalmente referente à gestão cidadina.

Entretanto, tal qual a conicidade da (real) visão humana – tridimensional, porém monofocada – a profundidade com que os políticos e os agentes de segurança pública interagem mutuamente podia ser captada (visualizada) quando as ações dos primeiros (políticos) intervinham nos interesses dos segundos (policiais militares), a exemplo das votações sobre políticas de cargos e salários, de leis de iniciativa privativa do Governo do Estado de Sergipe, ocorridas na Assembleia Estadual, nos termos da Constituição Sergipana de 1989.

Nas sessões de debates ocorridas na Assembleia Estadual na legislatura de 2007-2010, quando o (primeiro) governo Marcelo Déda (PT) encaminhava para a casa legislativa projetos que impactavam os vencimentos dos policiais estaduais sergipanos, não era raro que os representantes da classe – as associações dos militares da Polícia Militar do Estado de Sergipe – buscassem junto aos deputados estaduais “de oposição e independentes” apoio às suas pautas, tentando contrabalançar os posicionamentos do Governo do Estado, representados por sua bancada (situação).

Nesse contexto, O deputado Estadual Venâncio Fonseca (PP), que na legislatura anterior (2003-2006), enquanto líder da situação, defendeu o Governo João Alves Filho (DEM) nas negativas (impossibilidades) de reajustes ao funcionalismo público, agora como líder da oposição, recepcionava em seu gabinete as associações policiais.

Entre os idos de 2008 e 2010, o Capitão PMSE Samuel Barreto, há época no serviço ativo⁵⁷, ainda presidia a Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (ASSOMISE), palco de diversas reuniões entre associações militares de Sergipe nos movimentos reivindicatórios trabalhistas Tolerância Zero I (2008-2010), Tolerância Zero II (2012) e Polícia Unida (2021-2022).

No mesmo período 2008-2010, presidia a Associação dos Militares de Sergipe (AMESE), o Sargento PMSE Jorge Vieira da Cruz, o qual, juntamente com o Capitão Samuel,

⁵⁷ Ante ao ordenamento legal, o militar eleito passa à reserva remunerada.

figuravam publicamente como os mais destacados articuladores dos atos em prol das melhorias das condições salariais e de trabalho para a tropa.

Ao recepcionar tais lideranças da força pública estadual, o então líder da oposição, Venâncio Fonseca, acabava por, indiretamente, recrutar os “sindicalistas da PM” como possíveis aliados futuros, nos pleitos eleitorais subsequentes.

Já o Deputado Estadual Francisco Gualberto (PT), líder da bancada de situação durante o Governo Déda, apesar de seu histórico em defesa da classe trabalhadora, ponderava a favor dos argumentos governamentais, em especial a impossibilidade (financeira e orçamentária) de maiores reajustes salariais aos policiais de Sergipe.

A participação dos policiais militares de Sergipe na luta “associativa” (sindical)⁵⁸ e posteriormente na política partidária-eleitoral, desde o movimento reivindicatório conhecido como “Tolerância Zero I”, ocorrido entre 2008 e 2010, até os presentes idos de 2023, pode ser compreendida na sociologia da política através do conceito de “reconversão dos recursos”.

Por “reconversão”, refiro-me ao fenômeno sociopolítico descrito por Bergson Moraes Vieira e Alex Menezes de Carvalho em seu artigo *Padrões de Carreira e Formas de Reconversão da Militância Político Partidária* (2020, p.135 - 136), a saber, os mecanismos que...

Transformam diferentes recursos (sociais, escolares e profissionais) em “trunfo” que permite a inserção do grupo aos postos de comando disponíveis no partido [...] um conjunto de implicações que se assentam no princípio segundo o qual a posição ocupada no interior do partido resulta de um conjunto considerável de recursos acessados por meio do trânsito em diferentes espaços sociais.

Sob essa ótica conceitual, a participação das lideranças de classe da Polícia Militar de Sergipe nos atos reivindicatórios, e a decorrente cobertura midiática dos protestos de enfrentamento ao Governo de Sergipe, projetaram figuras como o Capitão Samuel e o Sargento Vieira, do cenário associativo ao cenário político-partidário, visto que às suas *personagens* se associou a ideia de “defensores da família policial-militar”.

Deve ser observado, entretanto, que a própria cobertura midiática das manifestações dos policiais militares, pela mídia tradicional sergipana, não estava alheia à influência dos interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes, antes, o destaque midiático dado aos descontentamentos desses servidores, naquele contexto temporal, a um só tempo servia de engajamento de audiência dos noticiários e construía uma narrativa pública do tipo

⁵⁸ Constitucionalmente, são vedados aos militares a sindicalização e o direito à greve.

“trabalhadores da segurança pública *versus* governo do Estado”. Patrick Champagne (1998, p. 221), já alertara que o Sociólogo não deve considerar como “algo dado por si” a cobertura que a imprensa dá aos manifestantes, mas arguir sempre quais as causas “de fundo” daqueles atos, e da ênfase de sua cobertura.

Esse contraponto faz-se necessário para lembrar que os proprietários e concessionários dos meios de comunicação tradicionais, via de regra, também procuram alinhar seus interesses comerciais e políticos às pautas do que “pode ser comunicado”.

Também convém arguir aqui como esses policiais-políticos, mesmo quando não eleitos ou reeleitos, passam a ocupar funções públicas (políticas) de confiança, distintas dos cargos para os quais foram aprovados em concurso, ante à percepção dos “políticos tradicionais” de que podem os líderes de associações funcionarem como cabos eleitorais e / ou, adicionar expressivas votações ao coeficiente eleitoral das composições partidárias que possam integrar, se candidatos forem aos cargos parlamentares proporcionais.

Essa visão geral sobre o tema leva em conta o sistema de alianças como fundamento da política, conforme observado nos movimentos de aproximação dos políticos aos policiais que reivindicavam suas pautas no debate público (num primeiro momento), bem como a caminhada dos policiais rumo à participação nas disputas eleitorais (num segundo momento), na recente história sergipana.

Essa compreensão da política como uma arena na qual os contendores, estrategicamente, se vinculam ao sistema de alianças existente no cenário político local (e posteriormente regional e nacional), arena esta onde os recursos profissionais e biográficos se convertem em recursos políticos, sendo os novos atores da política recrutados a compor “por adoção” os grupos de poder preexistentes, encontra eco no artigo coescrito por Wilson Oliveira e Fernanda Petrarca (2017, p.220), e constitui-se numa alternativa “à brasileira” de compreensão da nossa realidade sociopolítica.

2.1 O movimento Tolerância Zero

Ao assumir o Governo do Estado de Sergipe em 1º de janeiro de 2007, o saudoso Governador Marcelo Déda Chagas (1960-2013) viu ampliados diante de si os desafios que encontrou quando exerceu seu primeiro cargo no Poder Executivo, como Prefeito de Aracaju (2001-2006). Se anteriormente, respectivamente como Deputado Estadual de Sergipe (1987-1990) e Deputado Federal pelo estado (1995-2000), da tribuna o parlamentar discursava em prol dos trabalhadores, o exercício dos cargos de Prefeito da Capital e Governador do Estado o

colocou na situação de, enquanto gestor de contas públicas e ordenador de despesas, adequar os pleitos do funcionalismo público ao orçamento disponível e à responsabilidade fiscal.

Após dois anos de pouco frutíferas tentativas de entendimento com o Governo de Sergipe, em 2009 diversas associações de Policiais Militares deflagraram um movimento reivindicatório por melhores condições salariais e trabalhistas, nomeado “Tolerância Zero” (I). Em sua tese de doutoramento em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia, a pesquisadora Gleise da Rocha Passos (2011), com subsídio na pesquisa de Marcos Santana de Souza (2009), abordou a eclosão do movimento “Tolerância Zero” (o primeiro, de 2009), e suas implicações:

Entre maio e junho de 2009, os policiais militares sergipanos iniciaram uma mobilização intitulada de “Tolerância Zero” com a pretensão de pressionar o Governo do Estado por aumento salarial. O estopim para o início da mobilização foi o aumento salarial dado pelo Governo à Polícia Civil em 2008; o que acirrou as discórdias já existentes entre as polícias Civil e Militar resultantes tanto da distinção da própria natureza da identidade dessas instituições quanto dos seus processos de formação. Além do reajuste salarial, a Polícia Civil conseguiu que o governo fixasse a exigência de nível superior como requisito escolar mínimo para o ingresso na carreira de agente, distanciando-a ainda mais da Polícia Militar que exige o nível médio completo para o ingresso tanto de praças quanto de oficiais (SOUZA, 2009). [...] Os líderes do movimento acusavam também o chefe da Casa Militar do Governo, o Tenente-coronel Carlos Augusto, que em 2001 participou do aquartelamento da tropa no Governo de Albano Franco, de colaborar com o governo Déda nas perseguições aos policiais militares (Jornal CIFORM, 18 a 24/05/2009). Dentre esses líderes estava o Capitão Samuel que, após campanha eleitoral em 2010, foi eleito com 43.348 votos como o primeiro deputado estadual da história de Sergipe sendo policial militar (Passos, 2011, p. 100 - 101).

Samuel Alves Barreto nasceu em três de fevereiro de 1970, sendo munícipe de Malhador, Estado de Sergipe. Ingressou na Polícia Militar do Estado de Sergipe no ano de 1991, como soldado combatente.

Estando na graduação de cabo, durante o comando do Coronel Prudente (1992), ingressou juntamente com outros colegas do curso de soldado para poderem concorrer em concurso (interno) para a graduação de sargento.

Nessa época, a ascensão à graduação de sargento estava ocorrendo mediante concurso externo específico para tal finalidade, nos moldes do que acontecia nas Forças Armadas, embora ainda houvesse a possibilidade dos cabos de maior antiguidade serem promovidos a tal graduação.

Embora tenha obtido êxito na ação judicial, Samuel não chegou a usufruir dos benefícios, visto que fora aprovado no concurso público para Oficial Combatente (Academia Militar) em 1993.

Desse enfrentamento inicial com o Comando Geral da época, ficou vinculada à imagem de Samuel, perante a Tropa, de alguém disposto a “lutar pela família policial militar”.

Retornando da Academia Militar do Estado do Pará como Aspirante-Oficial em 1997 – visto que entre 1980 e 2020 não houve Curso de Formação de Oficiais Combatentes realizado em Sergipe, os Cadetes (Alunos-Oficiais) eram formados noutros Estados – Samuel exerceu suas atribuições no policiamento ostensivo, sendo promovido a Primeiro-Tenente no ano 2000, e a Capitão em 2002.

Estando no posto de Capitão, Samuel coordenou o convênio de segurança então existente entre a PMSE e o Banco Estadual (BANESE), que permitia que a vigilância patrimonial daquela instituição financeira pública estadual fosse realizada por integrantes da Polícia Ostensiva.

Simultaneamente, nos idos de 2005-2006, Samuel sucedeu o Coronel PMSE Antônio dos Santos na presidência da Associação dos Oficiais Militares do Estado de Sergipe (ASSOMISE).

Ambas as funções, de coordenador de segurança do BANESE e Presidente da ASSOMISE projetaram Samuel nos bastidores da política sergipana, por distintas razões: a gestão da segurança “privatizada” realizada pelos agentes públicos na capital e no interior sergipano colocava Samuel em contato com políticos e servidores públicos, nos níveis municipal e estadual.

A presidência da ASSOMISE coloca Samuel no centro dos reclames dos agentes de segurança pública, em especial os Oficiais gestores da Corporação, que clamavam ao Governo João Alves (PFL – 2003 – 2006), por melhoras salariais e em condições de trabalho.

Eleito o Governo Marcelo Déda (PT – 2007 – 2013), inclusive com “apoio-de-base” das associações de praças e de oficiais da PM, houve no seio da Tropa a expectativa de que os anseios históricos da categoria seriam amplamente atendidos. Entretanto, as “mesas de negociação” com o Governo “do Novo” pareciam intermináveis, sem que houvesse um consenso quanto à reposição das perdas inflacionárias, estabelecimento de auxílio-alimentação e periculosidade, entre outros, fazendo com que as “Associações Unidas” deflagrassem o Movimento Tolerância Zero, em 2008, em assembleia conjunta realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O Capitão Samuel Barreto (PSL), uma vez eleito, passou a (auto) intitular-se como “independente” (nem situação, nem oposição), ao tempo que pleiteava junto ao Governo Marcelo Déda melhorias, salariais e de condições de trabalho, para os profissionais da segurança pública sergipana. Também durante esse primeiro mandato, Capitão Samuel

denunciou no parlamento estadual (alegadas) tentativas de “perseguição disciplinar” de outras lideranças participantes do movimento “Tolerância Zero I”, a exemplo do (então) presidente da Associação Beneficente dos Servidores Militares de Sergipe (ABSMSE), Sargento Jorge Vieira da Cruz⁵⁹.

A eleição do Capitão PMSE Samuel Barreto ao cargo de Deputado Estadual de Sergipe, em outubro de 2010, marca a transição entre a emergência das lideranças das associações militares como entes politizados, para a disponibilização de seus nomes como candidatos aos cargos eletivos, noutras palavras: policiais-políticos.

Eleito o Capitão Samuel ao primeiro mandato no legislativo estadual (2010-2014), buscou o parlamentar a anistia para si e para as demais lideranças que encabeçaram o Movimento Tolerância Zero I (Sargentos PMSE Jorge Vieira, Edgard Menezes e Alexandre Prado), não obtendo êxito junto à Assembleia Legislativa, ante a intervenção da base governista de Marcelo Déda, sob liderança de Francisco Gualberto.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em decisão da Desembargadora Geni Schuster em apelação criminal de número 2011309562, extinguiu o Processo TJSE nº 200920600353 (Auditoria Militar Estadual), no qual o Capitão Samuel Alves Barreto, 1º Sargento Edgard Menezes Silva Filho, 2º Sargento Alexandre da Silva Prado, e 2º Sargento Jorge Vieira da Cruz figuravam como réus pelo crime previsto no Artigo 149 do Código Penal Militar (motim)⁶⁰.

Anteriormente, no âmbito da Auditoria Militar Estadual, a corte militar havia pugnado, por três votos a dois, pela absolvição dos réus, havendo posterior recurso do MPSE à turma recursal. Consta na sentença prolatada em 15 de outubro de 2010 (ou seja, cinco dias após a primeira eleição de Samuel a deputado estadual), essa decisão vencida por um voto à favor da absolvição dos “sindicalistas da PM”.

A eleição do Capitão Samuel a uma cadeira do parlamento estadual, e sua autointitulada posição “independente e crítica” ao Governo de Marcelo Déda Chagas não resultou, de imediato, em avanços consideráveis na política salarial e nas condições de trabalho da tropa da Polícia Militar de Sergipe, nas perspectiva dos líderes das associações da classe, demandando que em outubro de 2011 os militares estaduais retomassem o Movimento Tolerância Zero⁶¹.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/capitao-samuel-apresenta-projeto-de-anistia-para-os-militares-sergipanos/3080724>

⁶⁰ Disponível em: https://www.f5news.com.br/cotidiano/tj-extingue-processo-contra-militares-por-motim_2181/

⁶¹ Disponível em: <https://www.espacomilitar.com/2011/10/militares-retomam-movimento-tolerancia.html>

Apesar do apoio do Deputado Capitão Samuel ao Sargento Vieira, no âmbito da tentativa de anistia aos líderes do Tolerância Zero (I), no mesmo ano de 2012 – em que ocorreram eleições municipais – O Sargento Vieira, não eleito ao cargo de vereador por Aracaju, anunciou em 23 de outubro de 2012 ao jornalista George Magalhães, no programa “Hora da Verdade” (Megga FM), que havia rompido politicamente com o “Deputado-Capitão”, em razão de uma “falta de reciprocidade” no apoio à sua campanha à câmara municipal⁶².

Tendo obtido 3.714 votos, o Sargento Vieira figurou como suplente na coligação “Aracaju Mais Feliz”, vindo a assumir por dois meses a cadeira de vereador por Aracaju no final de 2016, por força de decisão judicial que afastou da casa legislativa da Capital três vereadores da mesma coligação – Daniela Fortes, Adelson Barreto Filho e Dr. Agnaldo Feitosa – em decorrência de um suposto esquema de desvio de verbas indenizatórias, sendo que essa investigação foi conduzida pela Delegada Danielle Garcia, no Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária (DEOTAP), na operação nominada “Indenizar-SE”⁶³.

Jorge Vieira da Cruz esteve no serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Sergipe por pouco mais de duas décadas. Ingressou na Corporação em 10 de julho de 1995, como aluno do Curso de Formação de Soldados Combatentes. Há época do Movimento Tolerância Zero I (2008) ocupava a graduação de 2º Sargento, posição na qual permaneceu até sua transferência para a reserva remunerada, em razão de sua assunção a uma das cadeiras do parlamento municipal, como suplente de vereador, em março de 2016.

Sua primeira posse, no ano mencionado, se deu no contexto do afastamento do Vereador “Dr. Agnaldo Feitosa” (DEM) de quem era primeiro suplente. Dr. Agnaldo, afastado judicialmente do parlamento em consequência da “Operação Indenizar-se”, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde durante a gestão de João Alves Filho (DEM) como Prefeito de Aracaju.

Nessa primeira passagem pela câmara municipal, Vieira posicionou-se no plenário à favor do chamamento dos excedentes do concurso para soldado PM, pelo Governo Jackson Barreto (MDB), apesar dessa pauta, constitucionalmente, caber à Assembleia Legislativa.

⁶² Disponível em: <https://horanews.net/sargento-vieira-confirma-o-que-ja-cra-esperado-rompe-com-deputado-capitao-samuel/>

⁶³ Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/politica/justica-determina-posse-de-sargento-vieira-na-cma/>

Na mesma ocasião, o vereador alertou que o efetivo do Corpo de Bombeiros estava desguarnecido ante as mais recentes aposentadorias (passagens para reserva), e que o Estado não possuía, a seu ver, efetivo suficiente para atender a um “acidente de grandes proporções”⁶⁴.

Apesar da legislação castrense impor ao militar eleito a transferência “*ex officio*” para a reserva remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, Vieira oficiou ao Comando-Geral da época que exerceria seu mandato envergando a túnica militar, “como demonstração do mantimento da reverência e o comprometimento para com o Comando e a classe militar desse Estado”.

Em dezembro de 2020, pela segunda vez, o Sargento Vieira (Cidadania) assumiu uma vaga na Câmara de Vereadores de Aracaju, por força de decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na vaga do falecido vereador Jason Neto (PDT), de quem era suplente.

Por ter mudado de partido, do PDT para o Cidadania, o Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista pleiteou perante a corte eleitoral a não-assunção de Vieira, alegando “infidelidade partidária”, sendo a decisão do colegiado favorável ao militar, que assumiu a legislatura no último mês do ano legislativo.

Anteriormente a sua eleição como suplente de vereador, o Sargento Vieira figurou como uma das principais e mais atuantes lideranças do Movimento Tolerância Zero, estando à frente da Associação dos Militares do Estado de Sergipe (AMESE), entidade que congrega entre seus afiliados Policiais e Bombeiros Militares, tanto Oficiais quanto Praças.

Atualmente (2024), a AMESE é presidida pelo Tenente-Coronel PMSE Ildomário Gomes.

2.2 Os policiais militares eleitos após os movimentos de classe: ações sociais e midiaticização de operações policiais

Não apenas através da luta salarial policiais militares de Sergipe conseguiram eleger-se para o parlamento, em especial para a Câmara de Vereadores de Aracaju, como pode ser constatado nas trajetórias políticas do Cabo Amintas Oliveira, Do Cabo Didi, do Sargento Zezinho do Bugio e do Sargento Byron.

Na eleição de 2016 para a Câmara Municipal de Aracaju, foi eleito como vereador por Aracaju o Cabo PMSE Amintas (PTB), com 2.148 votos. Diferentemente do Capitão Samuel e do Sargento Vieira, o Cabo Amintas não trazia atrelada à sua imagem política, de forma

⁶⁴ Disponível em: <https://www.sergipenoticias.com/politica/2016/03/1269/vieira-quer-que-governo-do-estado-chame-excedentes-da-pm.html>

prioritária, a luta pelos direitos dos trabalhadores da segurança pública, mas a imagem de “linha dura”, de “combatente do crime”, a qual enfatizou em programas radiofônicos e televisivos com abrangência em Sergipe, a exemplo do quadro “Banquinho com Bareta”, que ia ao ar na TV Atalaia, afiliada sergipana da TV Record.

A candidatura e o mandato do Cabo Amintas se coadunam com a já mencionada anteriormente propensão de parte do eleitorado em votar nos policiais-políticos que se apresentam publicamente, através das mídias tradicionais e digitais, como “guardiões da sociedade”, capitalizando para suas trajetórias políticas suas carreiras operacionais, no enfrentamento à criminalidade, como já observaram os autores Fábria Berlatto, Adriano Codato e Bruno Bolognesi (Berlatto et al, 2016, p.78-79).

Amintas Oliveira Batista ingressou na PMSE em julho de 1992, e destacou-se em ocorrências na Companhia de Radiopatrulha e no Batalhão de Choque. Às suas expensas, Amintas passou a filmar as ocorrências a que atendia, incluindo confrontos e prisões em flagrante, e passou a divulgar os vídeos em canais do *Youtube* destinados às ocorrências policiais, a exemplo dos canais “Balanço Geral Sergipe” (TV Atalaia – Afiliada Record) e “Polícia Vinte e Quatro Horas”, ainda nos idos de 2015.

Essa visibilidade fez com que Amintas fosse convidado, de forma corriqueira, a compor o quadro “Banquinho do Bareta”, no Programa “Tolerância Zero”, apresentado pelo policial civil aposentado Otoniel Amado, o “Bareta”, já no ano de 2016.

Também em 2016, outro policial militar foi eleito, embora sua imagem pública (política) esteja mais associada à comunidade do Bairro Bugio (Conjunto Assis Chateaubriand) do que à Força Pública, ao ponto de muitos desconhecerem sua anterior atividade profissional. Trata-se do 3º Sargento da Reserva Remunerada Norberto Alves Junior, conhecido na Zona Oeste da Capital como “Zezinho do Bugio” (PTB), que recebeu 4.548 votos.

Norberto Alves Júnior, ingressou na Corporação em outubro de 1994, tendo exercido suas funções por maior tempo na Companhia de Operações Especiais, tendo participado de ações de combate aos assaltos a bancos, em fins da década de 90.

Em sua comunidade de origem, “Zezinho” é conhecido pelo apoio ao esporte amador, especialmente ao futebol. Mesmo lá, poucos sabem que ele serviu no Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, sendo o único operador daquela unidade especializada a possuir o Curso de Guerra na Selva (Commando Jungle) da Colômbia.

Tendo ficado como suplente de vereador de Aracaju no pleito de 2020, momento no qual concorreu pelo PSD, em 2023 Zezinho assumiu uma vaga na câmara municipal da capital, após a cassação de dois vereadores em razão de fraudes no preenchimento de cota de candidaturas

femininas. Entretanto, como na ocasião da posse Zezinho estava filiado ao PSB, o Diretório Estadual do PSD peticionou ao TER-SE uma ação por infidelidade partidária.

Em fevereiro de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe sentenciou Zezinho do Bugio (PSB) à perda do mandato de vereador de Aracaju, em decorrência dessa acusação de infidelidade partidária, na ação proposta pelo PSD⁶⁵.

O Cabo PMSE Adriano de Souza Santana, conhecido politicamente como “Cabo Didi”, ingressou na Polícia Militar do Estado de Sergipe em janeiro de 1999, tendo exercido suas funções na então Companhia de Radiopatrulha (hoje Batalhão).

Internamente, no âmbito dessa Unidade Especializada, Adriano destacou-se por sua “operacionalidade”, sendo a guarnição por ele comandada a recordista em apreensão de armas de fogo por mais de um ano consecutivo, fato que provocou o laureamento do militar com a medalha do “Mérito Policial Militar”, em 2011.

Adriano tomou posse como vereador de Aracaju em 04 de fevereiro de 2019, em razão da posse de Kitty Lima (REDE), de quem figurava como primeiro suplente, como deputada estadual. Na eleição de 2016 para o cargo de vereador de Aracaju, Cabo Didi (pela REDE) obteve 1.943 votos.

O Cabo Didi é conhecido na comunidade do Bairro Aeroporto e na Zona de Expansão de Aracaju devido ao seu projeto “Fumaça Zero”, que reúne voluntários e realiza palestras em escolas públicas e particulares no intuito de conscientizar a juventude daquela região em relação aos perigos do uso de entorpecentes, nos moldes do que é feito oficialmente pela instituição Polícia Militar através do Programa de Erradicação das Drogas (PROERD).

Nesse projeto, ocorrem práticas esportivas, a exemplo de aulas de futebol, judô e karatê, no intuito de “ocupar os jovens para que não recorram às drogas”.

Na eleição de 2020, para o cargo de vereador de Aracaju, Cabo Didi (pelo PSC) figurou como suplente, obtendo 1.626 votos.

Também em 2020, com o nome na urna de “Sargento Byron Estrelas do Mar” (REPUBLICANOS), o policial militar Byron Virgílio do Santos Silva elegeu-se com 1.743 votos.

Praticante de *surf* desde a adolescência, Byron encabeça desde o ano de 2011 o projeto “Estrelas do Mar”, que visa incluir pessoas com necessidades especiais na prática do *surf* e *bodyboard*. Dada a sua relevância social, esse projeto vem recebendo apoio dos governos

⁶⁵ Disponível em: <https://www.ffnoticias.com.br/tre-se-decide-pela-perda-do-mandato-do-vereador-zezinho-do-bugio>

estadual e da capital, nos últimos anos, incluindo a doação de pranchas para as práticas esportivas.

Durante a passagem da tocha olímpica por Sergipe, no preparativos para a Olimpíada Rio 2016, Byron recebeu a honraria de correr com a tocha, como reconhecimento público (e político) das ações de inclusão de deficientes no esporte, através do Projeto estrelas do Mar. Nessa ocasião, chegou a dividir a passagem do símbolo olímpico com o então Governador do Estado, Jackson Barreto (PMDB)⁶⁶.

Byron Virgílio dos Santos Silva ingressou na PMSE em julho de 1998, tendo atuado em diversas Unidades Policiais da Capital Sergipana. Paralelamente à sua atividade profissional. Sua inserção na carreira política, entretanto, está mais atrelada à sua atuação como promotor do acesso de pessoas com necessidades especiais ao *surfe* e ao *bodyboard*, do que a atuação policial ou associativa militar.

3 CONCLUSÃO

Para analisar esse movimento contínuo da caserna às ruas, em atos reivindicatórios, e das ruas às urnas, capitalizando politicamente o apoio popular mobilizado e conquistado durante seus protestos em prol dos operadores da segurança pública estadual, necessário se faz compreender três fatores essenciais: a construção da identidade policial-militar, fundamentada no culto à hierarquia e à disciplina; a formação das associações militares, como resposta à proibição constitucional à sindicalização e à greve dos membros das forças militares estaduais; e, a conversão das lideranças das associações em candidatos.

Essas candidaturas nos ajudam a compreender as dinâmicas de ingresso dos policiais estaduais de Sergipe na política eleitoral - suas trajetórias biográficas e profissionais são mediatizadas, sendo convertidas em recursos políticos, os legitimando a participarem dos pleitos.

Principiando pela identidade policial-militar, observa-se que como forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro, nos ditames do Artigo 144 da Constituição de 1988, mesmo em tempo de paz possuem as policias militares três características essencialmente militares: a investidura militar, a organização militar e a estética militar.

⁶⁶ Disponível em: <https://brazil.nissannews.com/pt-BR/releases/atrevimento-e-supera-o-marcam-a-vida-de-byron-virgilio-dos-santos-silva-que-conduz-a-tocha-olimpica-em-aracaju?selectedTabId=photos&page=27&query=&modal=photo-06959dec7dd5420d8d3265a9cf1596dd>

A investidura militar, traduzida na sujeição dos militares dos Estados e do Distrito Federal (policiais e bombeiros militares) ao Código Penal Militar, na possibilidade de responsabilização pelo cometimento de crimes militares em sentido estrito, como os crimes de “Desacato à Superior”, “Insubordinação” e “Motim”, entre outros tipos, coloca os membros das polícias militares dos estados (e do Distrito Federal) como sujeitos tutelados pelas Auditorias Militares Estaduais, que são varas especializadas da Justiça Estadual. Nos estados que possuem maior efetivo, as Auditorias Militares estão congregadas em Tribunais Militares Estaduais.

A organização militar se traduz no ordenamento administrativo, visualizado no organograma dessas instituições, no qual existe junto a um comando geral um “estado-maior”, um *staff*, nos moldes estabelecidos por Carl von Clausewitz em sua obra *Da Guerra* (2010), o qual por sua vez, foi inspirado na Academia Militar Prussiana ao verificar como o arquirrival Exército Napoleônico se instrumentava, subdividindo a administração em quatro temáticas: efetivo, informações, planejamento e logística.

Essa forma de gerir a guerra (ou a segurança), se reproduz desde o escalão maior das forças até os Batalhões, que são suas unidades operacionais, sendo o Batalhão a menor fração de tropa a possuir um estado-maior.

A estética militar confere ao membro da força o sentimento de “espírito-de-corpo”, de pertencimento a uma mesma corporação, ao envergarem todos o mesmo um uniforme (uma forma). A farda, entretanto, enverga nos ombros (no caso dos oficiais comandantes) ou nos braços (no caso dos praças componentes da tropa) o grau hierárquico daquele integrante: os postos dos oficiais e as graduações dos praças.

Sendo forças auxiliares ao Exército Brasileiro, a hierarquia das polícias militares não comporta os postos de oficiais-generais. Da menor a maior posição hierárquica tem-se o Círculo dos Praças, O Círculo dos Praças Especiais e o Círculo dos Oficiais. As graduações dos praças são: soldado, cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e subtenente. Os praças especiais são os alunos do curso de habilitação de oficiais (em geral subtenentes), os cadetes (alunos oficiais) e os aspirantes-a-oficiais (estagiários do posto de segundo-tenente). Os oficiais são respectivamente em sua carreira: segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel, sendo este último posto, no Estado de Sergipe, alcançado apenas pelo critério “merecimento”, com forte influência política na figura do Governador do Estado, autoridade responsável pela assinatura dos decretos de promoção do oficialato. Para ser comandante-geral, cargo máximo da instituição, é preciso estar no último posto.

Ao comentar sobre a identidade militar, Lauriane Porto Albertini, em obra organizada por Celso Castro e Piero Leirner (2009, p.81), enfatiza que o militar é adestrado nos centros de

formação para ver-se como um ser apartado do “mundo civil”, se considerando, inclusive, como distinto dos “paisanos”.

Para José Murilo de Carvalho (2019, p.29), essa conversão de “paisanos” em “militares” passa pelo processo de transformação das identidades, em meio a uma “instituição total”, no sentido goffmaniano do termo.

Em capítulo na obra *Iniciação à Prática Sociológica* (CHAMPAGNE & LENOIR, 1998, p.16-17), intitulado “*Experiência vivida e exigência científica de objetividade*”, Louis Pinto alerta que o estudo dos militares, enquanto integrantes de uma instituição total e totalizante, deve considerar que a socialização profissional desses agentes perpassa técnicas de mortificação do “antigo homem – civil” (paisano), principiando por um alistamento (condições de entrada idealizadas a um perfil / voluntariedade em submeter-se a testes e desafios), seguido de um ou mais ritos de passagem nos cursos de formação inicial (ritos iniciáticos), havendo inclusive a negação da singularidade / individualidade nessa fase intermédia – o recruta, neófito, não é mais “paisano”, mas ainda não tornou-se militar “de fato” – não tem nome, mas número – passa por técnicas de mortificação (rastejo na lama, ser chamado de “bicho”, monstro”, etc), que através da subordinação e submissão extremadas almejam produzir um sentimento de pertencimento a uma “causa maior”, a uma “missão” a um “sacerdócio militar”. A obediência incondicional aos instrutores, em meio a um “desapossamento do espaço e do tempo”, também se faz presente nesse período transacional e metamórfico, dos cursos de formação.

Como produto dessa “consagração” em comum, do espaço “profano” da vida civil ao “sagrado” sacerdócio da carreira militar (na perspectiva nativa), os militares vêm-se como participantes de um mesmo corpo místico – a tropa – unido por um “espírito-de-corpo”, traduzido na ascendência da “missão” sobre os interesses particulares, idealmente.

Entretanto, o fenômeno que estamos a analisar flui no sentido contrário: da caserna às ruas, ou melhor dizendo, do “mundo (policial) militar” ao “mundo civil”. A política partidária, de cunho eleitoral, idealmente se dá fora dos quartéis, se adotado o modelo de “forças profissionais” descrito por Alfred Stepan (baseado em Samuel Huntington) em *Os Militares na Política* (1975, p.48).

Para compreender a ruptura com esse ideal profissional, necessário se faz observar em profundidade o funcionamento das associações policiais militares, no período pós-88.

Como a Constituição promulgada em 1988 manteve a proibição à sindicalização e à greve dos militares dos Estados (policiais e bombeiros militares), estas categorias profissionais se valeram da figura jurídica das “associações” – consentidas nos regulamentos militares para

promoção do desporto e da socialização entre os militares – para através do regime associativo pleitearem junto ao executivo estadual (ou distrital, no caso da PMDF e CBMDF), melhores condições de remuneração e trabalho.

Assim, apesar das já aqui mencionadas investidura (sujeição ao Código Penal Militar em tempo de paz), organização (fortes hierarquização funcional e disciplina “corretiva”) e estética (representando a um mesmo tempo pertencimento institucional e posicionamento hierárquico), os atos realizados em associações, no estabelecimento das pautas de reivindicação da categoria, e a posterior metamorfose das lideranças associativas em postulantes aos cargos eleitorais, seguem mais uma “lógica sindical”, que uma “lógica militar”.

Como observa Odaci Luiz Coradini (2001, p.77), os policiais que ingressam na arena político-eleitoral se valem, em geral, de dois “argumentos” principais: o conhecimento prático das questões de segurança pública e a representação dos interesses dessa categoria profissional.

Por essa ótica, a representação de classe, através das associações militares, passa a ser um caminho percorível rumo à representação política.

Foi-se o tempo em que, numa ressaca do regime autoritário que perdurou por quase um quartil de século, os militares (nacionais ou estaduais) se limitaram aos quartéis. Como pontua Celso Castro no prefácio da 3ª edição de sua obra *O Espírito Militar*, a atual geração de militares vem gradativamente ocupando posições no espectro político, inclusive se utilizando dos meios de comunicação para externalizar descontentamentos e opiniões.

No período abrangido neste capítulo inicial da pesquisa, entre o (primeiro) Movimento Tolerância Zero (2008-2010), que culminou com a (primeira) eleição do ex-presidente da Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (ASSOMISE), Capitão PMSE Samuel Alves Barreto, ao cargo de deputado estadual e as eleições do Cabo PMSE Amintas Oliveira Batista e do Sargento PMSE “Zezinho do Bugio”, em 2016, os mencionados policiais-políticos ampliaram suas redes de alianças, para além dos muros dos quartéis e das associações.

O Capitão Samuel, em aliança com membros da comunidade evangélica sergipana, fundou em 2017, durante sua segunda legislatura estadual (2015-2018), uma unidade de tratamento de dependentes químicos nomeada “Batalhão da Restauração”, com viés ao mesmo tempo “terapêutico e religioso”⁶⁷.

Em 2023, Samuel Barreto, sem mandato, após figurar como deputado estadual por três legislaturas (2011-2022). Ocupou o cargo de confiança de Presidente da Fundação Renascer, responsável, entre outras coisas, pela política de ressocialização dos menores em conflito com

⁶⁷ Disponível em: <https://batalhaodarestauracao.com.br/>

a lei. Sua nomeação para esse cargo se deu com a eleição do ex-deputado federal Fábio Cruz Mitidieri (PSD) ao cargo de Governador de Sergipe.

O Cabo Amintas Oliveira, sem mandato, prossegue em sua parceria com o policial civil aposentado, e radialista, Otoniel Rodrigues Amado, o “Bareta”, com diárias inserções radiofônicas nas quais defende “o endurecimento das ações policiais no combate ao crime. Zezinho do Bugio (PSB), em sua segunda legislatura na câmara municipal de Aracaju (desde 2021), vinha pleiteando junto ao Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PDT), melhorias para a comunidade do Conjunto Assis Chateaubriand e entorno, mas foi surpreendido com a perda do mandato.

O Sargento Byron (Republicanos) segue como vereador na capital sergipana, sendo reeleito no pleito de 2024, ao tempo que prossegue seu Projeto Estrelas do Mar, com o apoio do Prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira (PDT) e do Governador do Estado de Sergipe, Fábio Mitidieri (PSD).

Em comum entre esses policiais-políticos, além de terem servido na Polícia Militar do Estado de Sergipe, está a construção de redes de alianças que se estendem para muito além dos muros dos quartéis.

Em relação ao uso do sistema de alianças como fundamento pelos políticos, observa o professor Wilson José Ferreira de Oliveira que:

A relação entre o sistema político e o sistema de alianças constitui um dos ingredientes principais para a compreensão da política no Brasil e de suas relações com o Estado, com os grupos dirigentes, com as dinâmicas partidária e eleitoral, com os processos de participação política, com os usos das mídias sociais digitais, entre outros.⁶⁸

Fernanda Rios Petrarca e Wilson Oliveira (2017, p.192) já haviam observado que o exame das condições, dos processos e das lógicas de formação e recomposição de grupos dirigentes “constitui uma das alternativas pertinentes para a apreensão de como tais relações são constantemente redefinidas e transformadas”.

Nesse sentido, as lógicas de alinhamentos e realinhamentos passam por contínuas construções e reconstruções, podendo antigos aliados passarem a compor polos distintos, como observado na separação entre o Capitão Samuel e o Sargento Vieira em 2012, ou, noutro contexto, antigos opositores serem absorvidos na máquina estatal, como na nomeação do Capitão Samuel para a Fundação Renascer, em 2023.

⁶⁸ Apontamentos do autor durante as aulas da disciplina “Sociologia da Política”, no âmbito do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

As lógicas da conversão dos policiais militares em políticos não são uníssonas, pois tanto pode ocorrer o aproveitamento da “expertise policial” em seus discursos, como também a apropriação da imagem de “luta pelos direitos dos policiais”, ou mesmo de “apoio à comunidade”.

Quaisquer que sejam as gramáticas utilizadas pelos policiais-políticos oriundos da PMSE, as lideranças partidárias (tradicionais) têm permitido a inserção desses “recrutados” em suas “fileiras”.

Conclui-se que, no caso sergipano, há uma tendência de terem os policiais-políticos se viabilizado politicamente através de uma ou mais dessas três condições prévias: a) Participação em movimentos reivindicatórios, através das associações de classe; b) Engajamento em associações filantrópicas ou de assistência; c) Mídiação das ações de combate ao crime, notadamente o tráfico de drogas e roubos armados.

REFERÊNCIAS

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. (Artigo) Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**, Curitiba, v. 1, n. 7, p. 1-16, dez. 2014.
Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2583>

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 77-120, set./dez. 2016.
Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3223>

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Ed. Todavia. São Paulo. 2019.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2003.

CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs). **Antropologia dos militares**. FGV. Rio de Janeiro. 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. **A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas**. (Cap. IV) In ____ CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Renoir *et al.* **Iniciação à Prática Sociológica**. Ed. Vozes. 1998. Petrópolis – Rio de Janeiro.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2010.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento das elites políticas**. Ed. Dumará. Rio de Janeiro. 2001.

LEIMER, Piero. **Antropologia dos Militares.**

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo. Editora 34. 1999 (1997).

OLIVEIRA, W. J. F. de. (2021). **Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção.** Estudos De Sociologia, 26(50). <https://doi.org/10.52780/res.14759> Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14759> _ Redes de confiança, inserção e atuação profissional em partidos políticos no Brasil. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia vol. 24 (1) | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/926>

OLIVEIRA, Wilson J.F. de & PETRARCA, Fernanda Rios. **Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas.** Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017

PASSOS, Gleise da Rocha. **“Segurança pública não é só polícia!”- Segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju.** Salvador. 2011. Tese de doutoramento em ciências sociais na Universidade Federal da Bahia.

SEGATA, Jean & RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.) **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura.** ABA. Brasília. 2016

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem: Polícia Militar e representações sociais sobre violência em Sergipe.** 2008, 218p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: As mudanças de padrões na vida brasileira.** Artenova. Rio de Janeiro. 1975.

VIEIRA, Bergson Morais & CARVALHO, Alex Menezes. **Padrões de carreira e formas de reconversão da militância político-partidária.** Revista Prelúdios. Salvador, v. 9, n. 9, p. 134-161, jan./jun. 2020.